
O Turismo Rural – Informações E Reflexões Sobre As Instituições E A Regulação Nas Diversas Escalas

Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente*

RESUMO

Este artigo apresenta informações e considerações que podem ser utilizadas para a realização de pesquisas científicas e projetos técnicos relacionados ao turismo rural, enfocando especificamente o tema das instituições e da regulação (incluindo as políticas públicas), nas diversas escalas: internacional, nacional, estadual, regional (analisando o Norte Velho do Paraná) e local.

PALAVRAS-CHAVE: turismo rural, instituições, regulação, políticas públicas, Norte Velho do Paraná

É que [...] a heteronomia social, não aparece simplesmente como 'discurso do outro', - embora este desempenhe um papel essencial como determinação e conteúdo do inconsciente e do consciente da massa dos indivíduos. Mas o outro desaparece no anonimato coletivo, na impessoalidade dos 'mecanismos econômicos do mercado' ou da 'racionalidade do Plano', da lei de alguns apresentada como lei simplesmente. (CASTORIADIS, 1995, p. 131)

No papel de dirigir ou sujeitar a regras as áreas turísticas encontraremos os agentes de instituições e empresas transnacionais, internacionais, nacionais, estaduais, regionais e locais, com suas escalas de ação específicas. Com os objetivos mais diversos, porém especialmente econômicos e políticos, os que têm poder de decisão vão estabelecer normas, facilitando ou

dificultando determinadas ações, inclusive por meio de concessões de financiamentos e subsídios. A abordagem destas instituições e empresas, nas suas ações de regulação do território, apesar de poder parecer um tema pouco atraente, é necessária para o entendimento das forças que normatizam o turismo no espaço geográfico, mesmo que o estudo a ser realizado ocorra em escala regional ou mesmo local.

Por exemplo, a maioria dos entrevistados durante uma pesquisa realizada a respeito do turismo e excursionismo rural no Norte Velho do Paraná (CALVENTE, 2001) - prefeitos ou os responsáveis, nas

prefeituras, pelo turismo no município e os proprietários rurais - desconhecem a poderosa OMT (Organização Mundial do Turismo), mas são alvos de sua ação normativa. A influência da OMT pode ser constatada via EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) e, mediante esta instituição nacional, nas instituições estaduais e nos conselhos municipais de turismo, instituídos pelo *Programa Nacional de Municipalização do Turismo* (PNMT). Para Santos (1997, p. 13):

O mais pequeno lugar, na mais distante fração do território, tem, hoje, relações diretas ou indiretas com outros lugares de onde lhe vêm matéria-prima, capital, mão-de-obra, recursos diversos e ordens. Desse modo, o papel regulador das funções locais tende a escapar, parcialmente ou no todo, menos ou mais, ao que ainda se poderia chamar de sociedade local, para cair nas mãos de centros de decisão longínquos e estranhos às finalidades próprias da sociedade local.

Um pequeno artigo do presidente da EMBRATUR, com o título *Turismo, o caminho é este* (CARVALHO, 1998) citava a OMT por cinco vezes e outro artigo do mesmo autor, com o título *Turismo: a idade da razão* (1999), citava a OMT por três vezes. Matéria paga da EMBRATUR, veiculada na imprensa, comemorando o dia mundial do turismo, apresentava

* Docente do Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina. E-mail: calvente@uel.br.

como um dos resultados “[...]1.240 municípios turísticos que abraçaram a metodologia da OMT..”. (EMBRATUR, 1999a, p. 10). Outro artigo de Carvalho, este no sítio da EMBRATUR (2000, p. 4), tinha esta referência: “[...]há cinco anos estamos realizando, com o apoio técnico da [...] OMT, o maior programa mundial de preparação das comunidades para a gestão sustentável da atividade[...]”. A OMT também é uma referência nos documentos oficiais da EMBRATUR. A propósito, Carvalho passou a ser presidente do Conselho Executivo da OMT, representando o Brasil, no final de novembro de 2000. Os dois vice-presidentes do Conselho Executivo representam a França e a República Dominicana. (WTO, 2001a)

Na procura destas instituições e/ou empresas utilizamos, além da bibliografia específica e entrevistas, uma hemeroteca (arquivo de artigos de jornais e revistas) construída durante os últimos cinco anos. As referências localizadas nos artigos serviram, sempre que possível, como indícios para a posterior realização de entrevistas, pois os programas de ações que aparecem na imprensa com bastante alarde algumas vezes deixam de ser realizados. Em suma, a hemeroteca foi considerada como um dos instrumentos válidos para uma pesquisa que necessite acompanhar um processo em curso, desde que utilizada cuidadosamente.

1. A ESCALA INTERNACIONAL

A regulamentação mundial, nesta escala, está sendo realizada notadamente pela OMT, que convocou uma conferência em Ottawa - *Conferência Internacional sobre Estatísticas de Viagens e Turismo*, em 1991, na qual tentou chegar a um consenso sobre conceitos básicos de turismo. Segundo García (1995), os pontos em que ocorreram poucas divergências foram os seguintes:

- o deslocamento para o turismo é de duração limitada, pois o movimento não implica em mudança de domicílio;
- o deslocamento é realizado pelo usuário (turista), e o produto turístico é um fixo no espaço;
- o essencial não é o tempo de permanência mas a utilização do equipamento turístico;
- o turismo inclui os turistas nacionais e os estrangeiros;
- é um fato econômico e social.

A OMT é a sigla atual da antiga União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo, assim nomeada após o término da 2ª Guerra Mundial, durante o *II Congresso de Organismos Oficiais de Turismo*, em Paris. Em 1975 passou a ser chamada de WTO (*World*

Tourist Organization) ou OMT (WTO, 2001b). A autodefinição da instituição é a seguinte:

La Organización Mundial del Turismo (OMT) es la única organización intergubernamental que sirve de foro mundial para la política e los temas turísticos. Sus miembros abarcan 138 países y territorios, así como 350 Miembros Afiliados procedentes del sector público y privado. El cometido de la Organización Mundial del Turismo es de fomentar y desarrollar el turismo y poner de relieve su papel clave de promoción de la paz internacional y de la comprensión entre naciones, el desarrollo económico y el comercio internacional. (WTO, 2001c, p.1)

O turismo é também considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos elementos de maior expressão mundial nos setores de desenvolvimento sociocultural e de produção de recursos financeiros, estando vinculado diretamente ao seu Conselho Econômico e Social e à sua Secretaria Geral. Como organismos governamentais internacionais permanentes não vinculados por estatuto à ONU estão o *Bureau International des Expositions* (exposições internacionais), *Conselho de Cooperação Alfandegária* (formalidades alfandegárias), *Centro Internacional de Coordenação das Diferenças Relativas a Investimentos* (investimento de capital estrangeiro para o desenvolvimento turístico) e o *Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais*. (ANDRADE, 1995)

Rodrigues, A. (1997) cita também, no turismo global, instituições como a Organização Mundial do Comércio, e supranacionais formadas por países membros, como a Associação de Viagens do Sudeste Asiático, a *Pacific Asia Travel Association* e a *European Leisure and Recreation Association*, entre outras, que produzem ações racionais, pragmáticas, ditadas pelas forças econômicas. Podem ter os mesmos objetivos ou representar os interesses das firmas turísticas - as que produzem bens, serviços e idéias; no turismo oferecendo serviços de hospedagem, alimentação, transporte, publicidade e *marketing*. A autora, em outro artigo (1998), faz também referência à Associação das Nações do Sudeste Asiático, que obteve êxito com uma estratégia de *marketing* que lançava os países componentes (Tailândia, Malásia, Indonésia, Brunei e Filipinas) como um destino turístico único.

De importância na estruturação e ação de agentes, portanto, estão as instituições ligadas aos blocos econômicos, como por exemplo à UE (União Européia). Na Europa programas de fomento ao turismo rural foram

financiados pelo LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), da UE, que deu também apoio técnico às regiões rurais consideradas com pouco dinamismo. O que ocorreu na Grécia - Trácia, Creta e Epire; Alemanha - Hesse; e Espanha - Astúrias é relatado em artigo interessante para os estudiosos do assunto. (PRESVELOU, 1998)

Andrade (1995) cita, no continente americano, a Organização dos Estados Americanos (OEA), na Divisão de Fomento Turístico e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que unem os interesses da América do Norte e da Europa, em detrimento da América Central e do Sul. É, segundo este autor, a Confederação das Organizações Turísticas da América Latina, com sede em Buenos Aires, fundada em 1957, a instituição que trabalha com a promoção do turismo na escala da América Latina.

Nesta escala podemos localizar a ação incipiente da ABRATURR (Associação Brasileira de Turismo Rural), que tem procurado intercâmbio com os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL - composto pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) ocorrendo dois congressos a respeito do turismo rural (o primeiro no Uruguai e o segundo no Brasil, em Lages), tendo sido criado um grupo para o estímulo do turismo rural nestes países. (ZIMMERMANN, 1998)

Na *Política Nacional de Turismo* a EMBRATUR (1996) cita, para programas de cooperação internacional, o MERCOSUL, o Pacto Andino (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru), o Fórum das Américas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BIRD) e a União Européia. Há representantes da EMBRATUR na OMT, no *World Travel and Tourism Council*, na OEA e no Fórum Cúpula das Américas.

Outras instituições podem ser localizadas. A Fundação Ford e a *Conservation International* (ONG - Organização Não Governamental - que atua em 23 países, no Brasil com sede em Belo Horizonte, com o nome Instituto Conservation International do Brasil), entregaram o prêmio *Henry Ford*, na categoria *Negócios em Conservação* - e 40 milhões de reais, ao governo do Estado do Paraná em 1997, pela lei do ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - Ecológico, Lei Complementar 59/1991 (*GOVERNO[...]*, 1998), que estimula áreas de conservação nos municípios e, como consequência indireta, a utilização para o turismo destas áreas.

Para a WWF (Fundo Mundial para a Natureza - *World Wide Fund for Nature*), o ecoturismo é aquele realizado em áreas de conservação (AITEMORSER, 1995), mas a partir de criação de RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural) em fazendas com

matas, estimuladas pelo ICMS Ecológico, estas propriedades rurais passaram a ser também alvos das ações das ONGs. A WWF, junto com a IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais - *International Union for Conservation and Natural Resources*), tem um papel na estruturação e nos agentes ligados ao turismo, agindo nas mais diversas escalas (BUDOWSKI, 1997), sobretudo no turismo realizado em unidades de conservação. Em 1997 um plano de conservação, proposto pela WWF, pela IUCN e pela Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, patrocinado pelo BIRD, tinha como proposta incluir o Paraná em um projeto de conservação e manejo da Floresta Subtropical, envolvendo três países: Brasil, Argentina e Paraguai. O ecoturismo estava incluído na discussão do manejo das áreas do projeto. (*AMBIENTALISTAS[...]*, 1997)

Outras ONGs, durante o trabalho de campo, foram localizadas atuando até apenas na escala especificamente municipal, como a Associação Curupira, do Município de Jaboti. A *Política Nacional de Turismo* da EMBRATUR (1996) cita as ONGs como co-responsáveis pela execução do *Programa Formação e Capacitação Profissional para o Ecoturismo* e pelo *Programa Nacional de Ecoturismo*.

2. A ESCALA NACIONAL

A OMT presta apoio técnico e serviços de consultoria à EMBRATUR, o que pode ser observado na leitura dos documentos oficiais como no *Programa Nacional de Municipalização do Turismo* (1994a) e na *Política Nacional do Turismo* (1996). As instituições brasileiras ligadas ao turismo eram, anteriormente, o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo - com a sigla EMBRATUR - que manteve a sigla mas hoje é o Instituto Brasileiro de Turismo.

Em 1991 a EMBRATUR foi vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, assumindo as atribuições e competências do CNTur, que foi extinto (ANDRADE, 1995). Segundo Cruz (2000), a preocupação do Estado brasileiro com o turismo data da década de 1930, indicada pelo início da regulamentação jurídica, mas foi somente em 1966 que o governo federal criou a agência responsável pelo fomento e normatização do turismo, a EMBRATUR.

A *Política Nacional de Turismo* é responsabilidade do atual Ministério do Esporte, Turismo e Juventude, por intermédio da EMBRATUR. Até que ponto as políticas públicas que serão formuladas, relacionadas ao turismo rural brasileiro, vão

ter em conta os interesses dos que possuem menor poder econômico é uma incógnita, já que:

Ainda que o Estado seja, precipuamente, representativo dos interesses dominantes, os governos levam em conta, às vezes sem discussão, as contingências da segurança nacional e, em escala bem menor, os interesses sociais, embora sejam levados a minimizá-los, já que os recursos são, com prioridade, utilizados a serviço do capital. (SANTOS, 1997, p. 75)

A *Política Nacional do Turismo* possui uma série de programas, e mediante o conteúdo destes é possível inferir as atuais preocupações institucionais:

- *Imagem do Brasil;*
- *Projeto Visit Brazil;*
- *Brazil Expert* (treinamento de operadores turísticos);
- *Participação em Feiras Internacionais;*
- *Captação de Eventos Internacionais;*
- *Internet/Sistema de Informação Turísticas;*
- *Inserção Competitiva do Brasil em Fóruns Internacionais;*
- *Ampliação e Aperfeiçoamento do Programa de Estatísticas Básicas do Turismo* (pelo que consta no documento, a referência é a OMT, para a qual são estes os conjuntos básicos de informações: a chegada de turistas do exterior, a receita gerada pelo turismo internacional, a despesa gerada pelo turismo internacional, os pernoites gerados pelo turismo interno, a taxa de ocupação dos hotéis e a participação do turismo no Produto Interno Bruto);
- *Defesa do Consumidor;*
- *Qualificação Profissional para o Turismo;*
- *Conscientização e Iniciação Escolar para o Turismo;*
- *Formação e Capacitação Profissional para o Ecoturismo;*
- *Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo;*
- *Programa Nacional de Ecoturismo;*
- *Pesca Esportiva;*

· *Calendário Nacional dos Dias Azuis - Baixa Estação;*

· *Albergues da Juventude;*

· *Clubes da Maior Idade;*

· *Bolsa de Negócios* (cadastra possibilidades de negócios que são oferecidas aos investidores em potencial, e um dos objetivos é adequar ou elaborar linhas de financiamento);

· *Programa Nacional de Financiamento do Turismo* (em especial para hotéis, bares e restaurantes - uma das possibilidades estudada é a de reduzir o Imposto de Produtos Industrializados dos parques temáticos e outra de financiamentos alternativos para usuários de pacotes turísticos, e são citadas a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP- e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, como instituições para financiamentos);

· *Programa Nacional de Municipalização do Turismo;*

· *Fortalecimento dos Órgãos Delegados da EMBRATUR* (instituições estaduais e municipais de turismo);

· *Desenvolvimento da Malha Aérea.* (EMBRATUR, 1996)

A filosofia do Estado brasileiro é que cada vez mais o turismo deve ser uma atividade privada, cabendo ao Estado as atividades de fomento, infra-estrutura básica e de *marketing* (BECKER, 1994). Grandes programas como o *Programa de Desenvolvimento do Turismo* (PRODETUR) Nordeste estão sendo financiados pelo BID e pelo BNDES. O BNDES financia meios de hospedagem, projetos de informação e conservação de máquinas e equipamentos. Estas linhas de financiamentos são, portanto, encaradas como ações de fomento.

Mas o trabalho de campo realizado demonstrou não haver conhecimento de linhas de crédito entre a quase totalidade dos entrevistados, sendo esta uma das sugestões dadas com maior frequência para o estímulo à atividade (Tabela 1), e apesar da necessidade aparecer nos documentos oficiais, inclusive na *Política Nacional de Turismo* (EMBRATUR, 1996), e sua solução como uma ação a ser realizada em 1996.

TABELA 1 – Necessidades para a melhoria/estímulo do turismo rural

| | <i>Número de menções</i> |
|--|--------------------------|
| Melhorar as estradas/melhorar o acesso | 7 |
| Ter capital para investimentos/mais recursos/sistema de financiamento fácil | 6 |
| Investir na infra-estrutura/montar/melhorar a infra-estrutura | 5 |
| Ter cursos a respeito do turismo no espaço rural/pessoas capacitadas para orientar | 5 |
| Conscientizar a população da importância/dos benefícios do turismo | 4 |
| Adequar a legislação ambiental para a utilização turística | 3 |
| Ter mais divulgação | 3 |
| Melhorar a infra-estrutura dos estabelecimentos rurais | 2 |
| A prefeitura deveria incentivar | 2 |
| Aumentar a segurança no campo/já ocorrem assaltos nas fazendas | 2 |
| Aumentar os investimentos privados/criar empresários de turismo | 2 |
| Profissionais apoiarem/profissionalizar o turismo no espaço rural | 2 |
| Dar melhor educação para a população brasileira, de uma maneira geral | 2 |
| Os órgãos federais e estaduais deveriam dar incentivos/fazer trabalho a respeito | 2 |
| Montar restaurantes/criar empreendimentos de turismo nas áreas rurais | 1 |
| Deveriam discutir também os problemas do turismo | 1 |
| Acabar com as solicitações burocráticas exageradas para a atividade | 1 |
| A prefeitura deveria emprestar suas máquinas para a melhoria | 1 |
| Utilizar os rios da região para passeios de barco, com música regional | 1 |
| Abrir novas estradas | 1 |
| Arborizar as estradas | 1 |
| Aumentar a demanda do turismo rural | 1 |
| Conscientizar os empresários | 1 |
| Conscientizar os proprietários rurais dos benefícios do turismo | 1 |
| Construir outras áreas de lazer | 1 |
| Criar infra-estrutura à beira dos rios | 1 |
| Criar novas trilhas | 1 |
| Criar um consórcio intermunicipal | 1 |
| Diversificar as atividades de turismo | 1 |
| Espalhar as atividades durante todo o ano | 1 |
| Melhorar as trilhas | 1 |
| Montar um grupo de investidores | 1 |
| Montar um hotel-fazenda | 1 |
| Mudar a mentalidade: exploração com conservação | 1 |
| Mudar o fazendeiro para empresário de turismo rural | 1 |
| Não cobrar um preço alto dos visitantes | 1 |
| Os proprietários rurais deveriam investir no turismo rural | 1 |
| Preparar a população | 1 |
| Programar maior número de cavalgadas na área rural | 1 |
| Recuperar o equilíbrio biológico | 1 |
| Não respondeu | 14 |

Fonte: Entrevistas realizadas, 1998, 1999 e 2000. Apenas a primeira resposta espontânea foi tabulada.

Na revista **Exportar & Gerência** (BONIFÁCIO, 1999) a gerente do BNDES da Área de Operações Industriais 2, Mary Ayres, afirmava que havia uma linha de crédito nova para o turismo, ainda desconhecida pelos pequenos e médios empresários. No final de setembro do mesmo ano a abertura desta linha de crédito foi novamente anunciada:

O ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, anunciou ontem durante a abertura da 27ª feira da Associação Nacional de Agências de Viagem (Abav) a abertura de uma nova linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) voltada ao turismo. A intenção é financiar quantias menores de dinheiro para empreendedores em todo o

País. [...] Os recursos já estão à disposição nas agências bancárias credenciadas. Greca disse aos agentes de viagens e empresários do setor que há um dinheiro específico para os empréstimos, mas que a procura tem sido baixa. [...] O Ministério quer estimular o financiamento aos pequenos e médios empreendimentos, dando prioridade aos que vierem a se instalar fora da faixa litorânea do País. (MURARA, 1999a, p. 3)

Para verificar este dado entramos em contato com o BNDES e a orientação recebida foi a de procurar informações a respeito no seu sítio na Internet (1999); constatamos então a existência de um *Programa de Turismo*, com prazo de vigência até 30 de agosto do ano 2000, que se propunha a financiar meios de hospedagem, equipamentos e prédios históricos, sítios arqueológicos, parques de estâncias, marinas, infra-estrutura turística etc.

Estava com taxas de juros mais baixos para empreendimentos de qualquer porte localizados nas regiões abrangidas pelos programas de desenvolvimento regional (Programa Nordeste Competitivo, Programa Amazônia Integrada e Programa Reconvertsul - o último abrangendo municípios da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul) e para microempresas e empresas de pequeno porte em qualquer região do país. Para o BNDES, as microempresas possuem receita operacional bruta de até setecentos mil reais e as pequenas empresas de setecentos mil a R\$ 6.125 mil.

Consultando novamente o BNDES, a informação recebida foi que o programa teve início em agosto do ano de 1999; então percorremos as agências bancárias centrais de instituições financeiras credenciadas no Município de Londrina: Banco do Estado do Paraná, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Após solicitarmos informações a respeito do programa para os funcionários que fazem atendimento ao público em geral, que demonstraram total desconhecimento, entramos em contato com os gerentes, e estes confirmaram que não receberam instruções a respeito de financiamentos do BNDES para o turismo. Assim, constatamos que não são apenas os pequenos e médios proprietários que desconhecem esta linha de financiamento, mas os agentes locais das próprias instituições financeiras. Entramos em contato com o BNDES, relatando o ocorrido. A resposta, em 25/10/1999, por *e-mail*, foi a seguinte: “Sempre que um programa ou linha de crédito é instituído o BNDES informa a todos os agentes financeiros credenciados. Cada agente financeiro tem seus mecanismos próprios de divulgação interna”.

Outra possibilidade de financiamento

apresentada oficialmente para o turismo rural está dentro do PRONAF (*Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*), do Banco do Brasil, que tem como objetivo, segundo o folheto de divulgação: “Agregar renda à família através do apoio financeiro para o desenvolvimento de atividades alternativas que possibilitem novas fontes de receitas, geradas a partir da utilização da mão-de-obra disponível”. Este financiamento é específico para os pequenos produtores rurais, que “[...]trabalhem exclusivamente com mão-de-obra familiar ou mantenha até 02 (dois) empregados permanentes[...]”.

Porém uma visita na agência central do Banco do Brasil, no Município de Londrina, para solicitar informações a respeito, em novembro de 2000, nos mostrou que só seria possível solicitar empréstimos, dentro do PRONAF, para a agricultura – na época, para a cultura de soja e milho (lavouras de verão). O funcionário nos informou que cada agência do banco pode ter posições diferentes com relação à liberação de empréstimos dentro do PRONAF – e na agência de Londrina, em específico, em nenhum momento foram liberados empréstimos para investimentos em turismo rural. A percepção de agentes do SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), na região, com relação à questão dos financiamentos para o turismo rural, exposta durante uma entrevista, é acurada para o momento atual: consideram que se o Paraná não for considerado, dentro do país, como um estado turístico, os bancos não terão interesse em financiamentos e, com relação ao turismo rural, a abertura de financiamentos só ocorrerá realmente quando o turismo rural provar ser um negócio viável (na perspectiva econômica, de um negócio que trará lucros). Além disso, durante os últimos doze meses, tampouco foram liberados empréstimos para quaisquer investimentos em infra-estrutura, por falta de verbas. A experiência nos remete à discussão da unificação do capital no período atual, analisada por Santos (1997, p. 41):

O Banco tem, pois, um papel seletivo fundamental. [...] A verdade é que também escolhe, segundo as condições estruturais e conjunturais, os setores de investimento, assim como escolhe entre tomadores potenciais. Isso, todavia, ele faz com a massa de dinheiro das firmas e do público à sua disposição[...]

Em suma, há quase uma *invisibilidade* dos programas de financiamento para o turismo rural na região, que é total entre os pequenos proprietários entrevistados e mesmo para as prefeituras, a não ser como uma promessa, entre outras, de um determinado

político que recebe ou deseja apoio eleitoral. As práticas políticas tradicionais de personalismo aparecem também nas políticas de estímulo ao turismo rural: as exceções para a *invisibilidade* do financiamento específico (do BNDES) ocorreram para três entre os maiores empreendimentos pesquisados, dois dos quais receberam uma oferta de empréstimo diretamente de agentes de Curitiba, sem solicitá-la; e o outro que considerou as exigências de documentos como tornando inviável a retirada do empréstimo (Tabelas 2 e 3). O problema é nacional, segundo matéria que avaliava o congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagens (ABAV):

O setor do turismo espera, no entanto, que as promessas de acesso fácil aos financiamentos não sejam como no ano passado. O presidente nacional da Abav, Goiaci Guimarães, lembra que, em Pernambuco, na Abav 98, houve o compromisso de facilitar os empréstimos, mas na prática nada mudou. Neste ano, o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, fez a mesma promessa, na abertura do evento, quinta-feira à noite. (MURARA, 1999b, p. 7)

O turismo rural, em alguns países da Europa, foi implementado com financiamentos e subsídios do Estado, dentro de uma política de estímulo à atividade turística em pequena escala, pelas possibilidades de gerar dinamismo em áreas mais pobres e pela política de valorização da conservação no espaço rural. É possível constatar, pelos programas apresentados anteriormente e pelas ações que permitem acesso aos financiamentos, que a ação política brasileira concreta atual não vai ter esta escala como um foco importante, estimulando com a maioria dos programas particularmente o turismo na escala dos grandes empreendimentos.

Com preocupações a respeito do turismo em pequena escala, mas sem facilidades financeiras para a construção da infra-estrutura, aparece o projeto *Turismo Ecológico*, que foi lançado pela EMBRATUR em 1987. Em 1994(b) é lançado o **Manual Operacional do Turismo Rural**, no qual é indicado como responsabilidade da EMBRATUR coordenar e supervisionar a implantação do turismo rural no Brasil. Em 1998,

durante a *Oficina de Planejamento em Turismo*

TABELA 2 – Ações do governo federal, segundo os entrevistados

| | <i>Número de menções</i> |
|--|--------------------------|
| Nenhuma | 51 |
| Tem o programa do PNMT/tem programa de turismo | 7 |
| Faz a capacitação dos monitores em oficinas de turismo/reuniões PNMT | 4 |
| Dá o selo de município com potencial turístico | 4 |
| Mandou verba para projetos relacionados | 4 |
| Deputados federais fazem ementas para investimentos em projetos | 2 |
| Vai mandar verba para a construção de um aterro sanitário | 2 |
| Aprovou um projeto e prometeu verba | 1 |
| Criou, em parte, o Programa Fundo de Vales, com passeios ciclísticos | 1 |
| Está definindo pólos turísticos | 1 |
| Está investindo na infra-estrutura | 1 |
| Faz a propaganda | 1 |
| Faz estudos a respeito | 1 |
| Fez um projeto de canoagem | 1 |
| O PNMT informa e fala da importância da participação da população | 1 |
| O PNMT organiza, diagnostica e faz propostas | 1 |
| O prefeito é convidado para eventos de turismo, em Brasília | 1 |
| Promete que vai fazer investimentos a respeito | 1 |
| Valorizou o dólar, estimulando o turismo interno | 1 |
| Não respondeu/não sabe | 12 |

Fonte: Entrevistas realizadas, 1998, 1999 e 2000. Resposta múltipla.

TABELA 3 – Contatos com a EMBRATUR

| | <i>Número de menções</i> |
|--|--------------------------|
| Nenhum | 44 |
| Ela organiza o PNMT/as teorias e os conceitos são da EMBRATUR | 9 |
| Ela manda um formulário para ser preenchido/manda o RINTUR | 8 |
| Ela dá o selo de município com potencial turístico | 7 |
| Participamos em Brasília/alguém do município foi em reunião em Brasília | 4 |
| Participamos de oficina em Curitiba | 3 |
| Ela convida para reuniões em outros locais, mas não há verba para viagens | 2 |
| Enviei projeto para a EMBRATUR | 2 |
| Prometeu divulgar a propriedade na TV/em cartaz | 2 |
| Ofereceu empréstimo do BNDES que não foi aceito | 2 |
| Alguém da EMBRATUR foi em evento sobre turismo rural em Londrina | 1 |
| Envio informações da ficha de recepção | 1 |
| Estamos credenciados na E | 1 |
| Pediram fotografias para um livro sobre turismo | 1 |
| Ela divulga a Casa da Cultura e o cinema daqui | 1 |
| Ela manda cor | 1 |
| Há conversas a respeito de área de conservação dentro do roteiro turístico | 1 |
| Há contato via CMT | 1 |
| Há contato via Paraná Turismo | 1 |
| Mandou calendário de eventos | 1 |
| Mandou verba para centro de eventos | 1 |
| Veio até o município e fez um vídeo | 1 |
| Veio até o município fazer uma pesquisa | 1 |
| Representantes da EMBRATUR estão em vários eventos | 1 |

Fonte: Entrevistas realizadas, 1998, 1999 e 2000. Resposta múltipla.

Rural, organizada pela EMBRATUR, os agentes envolvidos eram assessores privados, representantes do SEBRAE, da EMBRATUR, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), da ABRATURR, do Ministério da Agricultura, de universidades e faculdades, de secretarias de turismo estaduais, de ONG e empresários do setor. São agentes que devem acentuar suas ações a respeito do turismo rural brasileiro nos próximos anos.

O *Programa Nacional de Municipalização do Turismo* é também de 1994, coordenado por um comitê executivo, composto por representantes da Secretaria de Turismo e Serviços, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; da EMBRATUR, do mesmo ministério; do Banco do Brasil; da Associação dos Municípios com Potencial Turístico (AMPTUR); da Comissão do Turismo Integrado; do SEBRAE e do Serviço Nacional do Comércio (SENAC). Além deste comitê executivo, a coordenação também é feita em escala estadual, com comitês compostos pelos mesmos órgãos. O PNMT foi iniciado no Paraná apenas dois anos depois,

em 1996. (*TURISMO[...]*, 1998)

Um dos objetivos do programa é estimular a criação de conselhos municipais de turismo e de fundos turísticos municipais, com recursos próprios, para a instalação da infra-estrutura. O conselho normalmente deveria ser formado por diversos empresários, associações de classe e representantes da prefeitura e de outras instituições, o que, em tese, poderia permitir maior democratização e transparência nas decisões locais a respeito do turismo. Segundo o documento oficial, haveria uma oferta de assessoria técnica para a formação do conselho e do fundo – mas o trabalho de campo indicou uma grande dificuldade, especialmente nos menores municípios pesquisados, na realização de tais ações. A realidade está bastante distante dos objetivos indicados: há uma série de dificuldades no trabalho democrático e representativo dos conselhos, que podem estar representando os segmentos mais conservadores da sociedade local (Tabelas 4, 5, 6 e 7), apesar das oficinas realizadas terem motivado vários membros com relação às possibilidades do turismo rural para a melhoria dos problemas sociais enfrentados na escala local.

TABELA 4 – Cargo/profissão dos membros dos Conselhos Municipais de Turismo

| | Número de menções |
|--|-------------------|
| Vereadores | 5 |
| Professores | 3 |
| Representantes dos bancários | 3 |
| Representantes da Associação Comercial e Industrial | 2 |
| Representantes da diretoria de clube de lazer municipal | 2 |
| Representantes do Lions Club | 2 |
| Representantes do Rotary Club | 2 |
| Representantes dos proprietários rurais | 2 |
| Representantes femininas | 2 |
| Comerciante (mercado) | 1 |
| Diretor da Companhia Municipal de Desenvolvimento | 1 |
| Diretor do Departamento Municipal de Turismo | 1 |
| Padre | 1 |
| Presidente do sindicato patronal de agricultores | 1 |
| Representante da Associação Comercial, Industrial e Agrícola | 1 |
| Representante da Associação Cultural e Esportiva | 1 |
| Representante da Associação de Bares e Restaurantes | 1 |
| Representante da Associação de Produtores Rurais | 1 |
| Representante da Associação de Senhoras | 1 |
| Representante da colônia japonesa | 1 |
| Representante da EMATER | 1 |
| Representante da Loja Maçônica | 1 |
| Representante da OAB | 1 |
| Representante da Prefeitura Municipal | 1 |
| Representante da rede hoteleira | 1 |
| Representante da Secretaria Municipal da Agricultura | 1 |
| Representante da Secretaria Municipal da Educação e Cultura | 1 |
| Representante da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo | 1 |
| Representante da Secretaria Municipal de Turismo | 1 |
| Representante de faculdade do município | 1 |
| Representante de indústria municipal (fábrica de macarrão) | 1 |
| Representante de jornal local | 1 |
| Representante do CEFET | 1 |
| Representante do Departamento Municipal de Esportes | 1 |
| Representante do Departamento Municipal de Obras | 1 |
| Representante do Núcleo Regional de Ensino | 1 |
| Representante do resort | 1 |
| Representante do setor gastronômico (restaurante) | 1 |
| Representante dos trabalhadores rurais | 1 |
| Secretária Municipal do Desenvolvimento Econômico | 1 |
| Secretário do Planejamento | 1 |
| Vice-prefeito | 1 |

Fonte: Entrevistas realizadas, 1998, 1999 e 2000. (Esta questão foi feita apenas em 14 entrevistas - municípios que estão no PNMT).

TABELA 5 – Escolha dos membros dos Conselhos Municipais de Turismo

| | <i>Número de menções</i> |
|--|--------------------------|
| A Câmara escolhe as entidades, que indicam os representantes | 1 |
| As pessoas são representantes de segmentos da sociedade local | 1 |
| Através de portaria do prefeito, cada associação manda seu representante | 1 |
| Convidaram pessoas interessadas e todas as associações | 1 |
| Ocorreu preocupação com a participação efetiva das mulheres | 1 |
| São, na maioria, pessoas engajadas na ecologia, agricultura e comércio | 1 |
| São pessoas ligadas aos equipamentos da oferta turística | 1 |
| São pessoas que apoiam o prefeito atual | 1 |
| São pessoas que participam de outros conselhos | 1 |
| São pessoas que participam na organização de festas e eventos | 1 |
| São pessoas que participavam de reuniões ligadas ao turismo | 1 |
| O CMT ainda não foi formado 3 | |

Fonte: Entrevistas realizadas, 1998, 1999 e 2000. (Esta questão e a das duas tabelas seguintes foram feitas apenas em 14 entrevistas - municípios que estão no PNMT).

TABELA 6 – Aplicação da verba do Fundo Municipal de Turismo

| | <i>Número de menções</i> |
|--|--------------------------|
| Seria aplicada em divulgação, placas e em paisagismo (entrada da cidade) | 1 |
| Seria aplicada em organização de eventos | 1 |
| Seria aplicada na recuperação e conservação do rio | 1 |
| Seria aplicada nos eventos, nas compras como de fios e combustível | 1 |
| Seria direcionada para a melhoria de acampamentos e de estradas | 1 |
| Ainda não foi discutido/não sei | 9 |

Fonte: Entrevistas realizadas, 1998, 1999 e 2000.

TABELA 7 – Atuação dos Conselhos Municipais de Turismo

| | <i>Número de menções</i> |
|---|--------------------------|
| As pessoas vão nas reuniões e ficam sem saber o que devem fazer | 2 |
| As reuniões são dominadas pelo presidente | 1 |
| Está estudando como ocorrerá a arrecadação e aplicação do FMT | 1 |
| Faltam verbas para as viagens até Curitiba | 1 |
| Há pouca participação efetiva | 1 |
| Há pouca participação nas palestras oferecidas | 1 |
| Não dão autonomia e verba para ser real, os políticos querem agir sós | 1 |
| Organizou eventos que deveriam dar recursos para o FMT | 1 |
| Participa de reuniões da Paraná Turismo | 1 |
| Não respondeu | 4 |

Fonte: Entrevistas realizadas, 1998, 1999 e 2000.

Em nenhum dos municípios pesquisados, no Norte Velho do Paraná, o fundo estava funcionando em conta própria – em pelo menos um dos municípios aguardava-se o envio de repasse financeiro do governo do estado para sua criação, a fim de não comprometer o orçamento municipal, declarado como insuficiente pelo processo de empobrecimento destes municípios menores e de características agrícolas. O programa considera seu objetivo o de *conscientizar* a sociedade para a importância do turismo, sendo um processo realizado com a população que será beneficiada pelas ações desenvolvidas no próprio município, procurando a

vinculação da comunidade com o programa.

As afirmações, que já se tornaram comuns, sobre a necessidade de conscientizar a população com relação ao turismo, mostram a necessidade do aprofundamento a respeito do conceito de consciência pois, a rigor, não é possível conscientizar outra pessoa. Uma das preocupações de Sartre (1996, p. 144) foi procurar a estrutura ontológica da consciência, escrevendo o seguinte:

Mas, para ser preciso, não pode haver ligação causal entre duas consciências: uma consciência não pode ser

provocada “de fora” por outra consciência; ela constitui a si mesma segundo sua própria intencionalidade, e o único laço que pode uni-la à consciência anterior é um laço de “motivação”.

Se o turismo vai, realmente, beneficiar a população como um todo (e não apenas uma pequena parcela desta população) atividades que permitam o acesso às informações necessárias para que as pessoas façam o seu próprio juízo de valor a respeito do tema são importantes. Mas, assim como ocorre no processo educativo, a consciência não é algo que pode ser transmitido mediante atividades informativas ou discursos, e sim fruto de um processo interno do sujeito. Além disto, a desconfiança da população com relação aos agentes institucionais muitas vezes foi formada em um processo histórico no qual ficaram excluídos dos benefícios possíveis dos diversos programas estatais e, dentro do turismo, também há a possibilidade das populações mais pobres ficarem excluídas, ocorrendo uma concentração de atividades e investimentos. A motivação, entretanto pode ocorrer por meio de medidas concretas que destaquem e fortaleçam os benefícios do turismo para a maioria da população.

Outro órgão que está atuando na motivação para a oferta do turismo rural é a ABRATURR, cuja sede inicialmente era em Florianópolis (SC), e que estava organizada sobretudo no sul do Brasil, nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul e em organização em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul no ano de 1998. (ZIMMERMANN, 1998)

Depois de algum tempo sem atuação, em agosto de 1999 ocorreu uma eleição e a transferência da diretoria para Brasília. No ano de 2000 a ABRATURR tinha atingido outros estados brasileiros: Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal e Ceará. Seus objetivos, dentro da *Política Nacional de Turismo*, são:

[...]criação da Ruraltur – Comissão Nacional de Apoio ao Turismo Rural, tarefa maior que a atual diretoria da Associação se encarregou de viabilizar, via Congresso Nacional, conforme anexos. [...] do ordenamento da atividade de turismo no espaço rural brasileiro, permitindo, assim, o reconhecimento da atividade por parte das autoridades, diferenciação tributária para as empresas produtivas no meio rural, maior confiabilidade nos registros e dados e, por fim, uma forte rede de informação para o empreendedor deste importante segmento econômico. Como meta, ainda, uma forte campanha nacional de motivação ao turismo rural (a exemplo do que aconteceu em Londrina), o calendário

oficial de eventos, além do fortalecimento do espírito associativista no âmbito regional, dentro da filosofia de que só seremos universais se cantarmos a nossa própria aldeia. (Renato Bravo, carta datada de 20/04/2000 – transcrição autorizada)

De agosto de 1999 a março de 2000 a ABRATURR participou de dezenas de eventos, reuniões, encontros e audiências com instituições, dos quais alguns exemplos são:

- ago/1999: eleição da nova diretoria;
- set/1999: reestruturação da Associação Paranaense de Turismo Rural e resgate do tropeirismo (roteiro Viamão/RS a Sorocaba/SP - um dos principais caminhos percorridos pelas tropas partia das Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul, passava pelo oeste de Santa Catarina e percorria o sudoeste e centro do Paraná, até chegar a Sorocaba, onde ocorria anualmente uma feira de animais. Muitas cidades surgiram, no caminho das tropas, com base em pequenas pousadas e casas de comércio que atendiam os viajantes. Está ocorrendo, atualmente, um renascimento do tropeirismo, agora com um caráter turístico);
- set/1999: encontro de prefeitos promovidos pela AMPTUR;
- out/1999: Congresso Brasileiro de Turismo Rural;
- nov/1999: reunião no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre a implantação do turismo rural nos assentamentos;
- nov/1999: Jornada Técnica da Produção Turística no Espaço Rural e Natural – evento com a presença de representantes dos países do MERCOSUL e de Portugal, Itália, França e Espanha;
- nov/1999: audiência com o presidente da EMBRATUR;
- jan/2000: participação na Feira Internacional de Turismo (Madri);
- mar/2000: audiência pública no Congresso Nacional com apresentação da proposta de criação da RURALTUR (Comissão Nacional de Apoio ao Turismo Rural).

De acordo com o projeto, a RURALTUR teria uma diretoria executiva formada pela EMBRATUR, associações do setor e pelo SEBRAE - Nacional. O SEBRAE também está realizando ações para a divulgação do turismo rural. O SEBRAE – Londrina formou um grupo para visitar as fazendas de Lages – SC, no ano de 1997. Pelo menos uma das pessoas participantes iniciou a atividade turística na sua propriedade, estimulada por essa excursão. Um outro grupo foi formado para conhecer a experiência de turismo rural na Espanha e França pelo SEBRAE – Paraná (RIBEIRO, 1998). Os vários SEBRAEs

estão trabalhando com o fomento do turismo rural nas diversas regiões brasileiras. (ZIMMERMANN, 1998)

A ABAV é também citada nos jornais no processo que está aqui sendo denominado de estruturação e ação de agentes ligados ao turismo rural, como na assinatura de um protocolo de intenções com o governo federal para a exploração do ecoturismo nos parques nacionais (*ECOTURISMO*, 1998). Rodrigues, A. (1997) também cita o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), além dos grandes projetos implementados pela PRODETUR Amazonas, Centro Oeste e Nordeste, que possuem investimentos de organismos financeiros transnacionais (BID e BIRD) e/ou nacionais (BNDES e Banco do Nordeste do Brasil).

O programa de reeleição à presidência do então candidato Fernando Henrique Cardoso elegeu o turismo e a cultura como áreas que deveriam receber investimentos nas políticas públicas - considerando estas áreas prioritárias pela grande quantidade de empregos gerados (SAMARCO, 1998). Segundo o presidente da EMBRATUR um quarto de hotel gera de 0,4 a 2 empregos diretos (CARVALHO, 1998). Em conjunto com a EMBRATUR, a Frente Parlamentar de Turismo e a Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Serviço formaram um grupo para criar um programa emergencial de combate ao desemprego, com a meta de gerar, em dois anos, 600 mil empregos no setor. (MOURA, 1999)

São também agentes importantes os membros das ONGs que atuam apenas no território brasileiro. Por exemplo, em 1999, duas notícias a respeito do ecoturismo em unidades de conservação faziam referências à Sociedade Brasileira para a Valorização do Ambiente - Biosfera e a Fundação SOS - Mata Atlântica. Esta última possui um Centro de Interpretação Ambiental e Turística. (GUETHS, 1999; CARNEIRO, 1999)

3. AESCALA ESTADUAL

Os governos estaduais, dentro da *Política Nacional de Turismo*, definem prioridades e hierarquizam pólos e corredores turísticos. A EMBRATUR (1994a) considera como responsabilidade dos órgãos oficiais de turismo das diversas unidades da federação a promoção da integração das prefeituras municipais por região, dentro do estado, identificando as similaridades. Em maio de 1999 cento e dez municípios paranaenses (de um universo de 399) receberam o *Selo de Município Prioritário para o Desenvolvimento de Turismo*, da EMBRATUR. (ALBUQUERQUE, 1999a)

No Estado do Paraná a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo tem duas autarquias: a Paraná Turismo e a Paraná Esporte, além da Ecoparaná, uma agência social autônoma, vinculada à Secretaria de Esporte e Turismo. A criação destas agências é uma tendência da política estadual, delegando serviços públicos (e verbas públicas) a empresas privadas.

O Instituto Ambiental do Paraná (IAP), com o *Projeto Ecoverão*, que começou em dezembro de 1997, tinha como objetivo a aglutinação de prefeitos do norte do Paraná, em especial os dos municípios que tiveram áreas inundadas com as hidrelétricas construídas no Rio Paranapanema. O projeto estimulava ou organizava atividades de lazer e turismo no norte do Paraná, assim como na denominada Costa Oeste e no litoral. Estavam atuando no norte do Paraná, em conjunto com o IAP, o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC), ambos do município de Jacarezinho, além da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Superintendência de Londrina. Com o projeto, a cada final de semana de verão eram realizadas

Os problemas que nos foram relatados como os motivos para a não continuidade do projeto foram os de diversas carências: de apoio e integração com outros órgãos estatais; de envolvimento das diversas prefeituras; de funcionários para a organização das atividades; de patrocinadores; e de profissionais aptos a trabalhar com o turismo e a questão ambiental.

Uma influência indireta do governo do estado é por meio do ICMS Ecológico (Lei Complementar 59/1991), aprovada pelo Paraná, que determina a distribuição de 5% do ICMS para os municípios que possuem em seus territórios unidades de conservação ou mananciais de abastecimento para municípios vizinhos.

É um índice de compensação e incentivo fiscal para os municípios, que deve ter um valor maior que o ICMS arrecadado e devolvido pelo estado, casa área fosse de produção agrícola (e da agricultura mais representativa do município). O ICMS Ecológico mudou o quadro em que as prefeituras consideravam a criação de uma unidade de conservação uma limitação imposta pelo governo estadual ou federal à arrecadação municipal.

O trabalho de campo demonstrou que o interesse por áreas de conservação, com a lei, foi estimulado, assim como os projetos de utilização destas áreas para o lazer e turismo (Tabela 9). Foram repassados aproximadamente 40 milhões de reais a 198 municípios do Paraná durante o ano de 1998. No ano de 1999 o repasse foi de mais de 43 milhões de reais, conforme informações fornecidas pelo IAP. Anualmente estas áreas, incluindo as RPPNs, são avaliadas por técnicos do instituto e o índice que cada município receberá poderá aumentar, diminuir ou até

TABELA 8 – Ações do governo estadual, segundo os entrevistados

| | <i>Número de menções</i> |
|--|--------------------------|
| Nenhuma | 32 |
| Fez o Ecoverão do IAP/ajuda no Ecoverão | 5 |
| Convida para cursos de turismo/dá capacitação/oficinas do PNMT | 5 |
| Enviou verba/mandou parte/liberou verba para projeto do município | 4 |
| Manda técnicos/técnicos da Secretaria de Turismo para visitar as fazendas e orientar | 4 |
| Tem o trabalho da Paraná Turismo | 4 |
| Montou a Ecoparaná | 3 |
| Montou o Projeto Costa Norte/o Projeto Costa Norte que não saiu do papel | 3 |
| Conserva as matas através de programas como o ICMS Ecológico | 2 |
| Lançou uma obra que é guia de turismo/enviou livro sobre turismo | 2 |
| Manda folders/confecciona folhetos | 2 |
| Mudou a lei com relação às fazendas de caça | 2 |
| Repassa o ICMS ecológico | 2 |
| Abriu financiamento, mas caro e muito burocrático | 1 |
| Abriu linha de crédito para municípios com potencial turístico | 1 |
| Administra e sustenta os parques | 1 |
| Constrói rodovias | 1 |
| A Paraná Turismo trouxe oficinas para o município | 1 |
| Dá apoio político quando ocorrem problemas de legislação | 1 |
| Dá o selo de município com potencial turístico | 1 |
| Divulga o município | 1 |
| Está com um programa na TV que mostra os muni | 1 |
| Faz estudos | 1 |
| Fez um levantamento, via Paraná Turismo | 1 |
| Enviou caiaques | 1 |
| Está definindo pólos turísticos | 1 |
| Está investindo na infra-estrutura | 1 |
| Montou a Paraná Turismo | 1 |
| Montou, em parte, o Programa Fundo de Vales, com passeios ciclísticos | 1 |
| Montou os Jogos da Natureza | 1 |
| Montou uma caravana para conhecer a Costa Oeste | 1 |
| Organiza pescaria na represa | 1 |
| O IAP proibiu, por um tempo, as fazendas de caça | 1 |
| O IAP manda técnicos e faz projetos | 1 |
| Os pesquisadores do governo do estado vão até o município | 1 |
| Pavimentou a estrada e deu a idéia de fazer um roteiro turístico | 1 |
| Secretaria da Cultura manda peças de teatro, oficinas de banda e fanfarras | 1 |
| Vai montar um projeto, via IAP, para o turismo | 1 |

Fonte: Entrevistas realizadas, 1998, 1999 e 2000. Resposta múltipla.

deixar de existir, dependendo da avaliação feita com relação aos cuidados e trabalhos desenvolvidos.

Como o objetivo da lei não determina que essa verba seja destinada à conservação, mas é um recurso complementar que a administração municipal pode destinar às áreas prioritárias, e que podem ser a educação ou a saúde, eventualmente ocorrem conflitos em municípios que possuem unidades de conservação com problemas para a sua manutenção. Com relação específica aos municípios que possuem áreas indígenas, ocorreu uma transformação na lei:

As lideranças indígenas do Paraná estão se mobilizando para boicotar os 23 prefeitos dos municípios do Estado que têm reservas indígenas em seus limites e não estão cumprindo [...] a lei estadual aprovada em outubro de 1999 que obriga os municípios que recebem o ICMS ecológico [...] às prefeituras que têm áreas indígenas em seus limites, a reverter 50% do valor repassado pelo governo estadual em investimentos que beneficiem as reservas. (PELEGRINO, 2000, p. 5)

Essa lei, Lei Estadual 12.690, de 18/10/1999, dispõe

TABELA 9 – Influência de programas relacionados à conservação de áreas de vegetação

| | <i>Número de menções</i> |
|---|--------------------------|
| Nenhuma | 36 |
| Ocorrem visitas nas áreas de conservação | 4 |
| Há um aumento das áreas verdes | 4 |
| Aumenta o orçamento do município, que pode investir em turismo | 3 |
| Melhora a qualidade das áreas de conservação | 3 |
| Aparecem projetos de turismo nas unidades de conservação | 2 |
| As margens do rio estão sendo reflorestadas/margens ficam mais atrativa | 2 |
| A prefeitura está fornecendo mudas | 1 |
| As áreas de proteção serão utilizadas para caminhadas ecológicas | 1 |
| As matas podem servir como atrativos | 1 |
| As mudas do viveiro municipal estão ornamentando a cidade | 1 |
| Aumenta a quantidade de áreas de conservação | 1 |
| Criei uma RPPN, com visitas, para que o município receba ICMS ecológico | 1 |
| Dá para cobrar melhorias das áreas verdes, pois o município recebe verbas | 1 |
| Há uma discussão de passar o ICMS ecológico para o FMT | 1 |
| O município recebe verbas com as RPPNs | 1 |
| Os alunos passaram a plantar árvores, durante as visitas | 1 |
| Não respondeu | 22 |

Fonte: Entrevistas realizadas, 1998, 1999 e 2000.

que este recurso deve estimular ações que propiciem o incremento econômico da comunidade indígena, não devendo ser utilizada para a saúde, educação e assistência social, que é obrigação do Estado, mas para projetos econômicos, como reflorestamentos, compra de equipamentos agrícolas, construção de moradias e ecoturismo. Em alguns municípios um conselho está sendo formado, com a participação de lideranças indígenas, para fiscalizar e discutir a aplicação deste recurso, segundo informações obtidas em entrevista no IAP – Londrina.

O governo do estado também tem o *Programa Florestas Municipais*, em 1998 com 14 mil produtores rurais em 328 municípios e o *Programa Estadual de Desenvolvimento Florestal*, com 8 mil produtores rurais, com o reflorestamento anual de 15 milhões de árvores, de acordo com artigo veiculado (REDE[...], 1998). O *Programa Florestas Municipais*, segundo entrevista realizada com agentes do IAP - Curitiba, é um convênio do governo estadual com as prefeituras, destinado à produção de mudas florestais. A definição do tipo de muda que será produzido depende das necessidades do mercado regional, podendo ser mudas de espécies nativas para fins de reflorestamento produtivo ou para fins de recomposição de áreas de conservação, mas também podem ser mudas de eucaliptos. O setor madeireiro do Paraná está preocupado com a escassez de matéria-prima nos próximos anos, com a previsão de que a escassez vai ocorrer em 2006 (AGASSI, 2000). O reflorestamento, em alguns casos, está relacionado aos projetos de turismo rural.

Um programa lançado em 1998 foi o Programa Bolsa da Árvore, um sistema no qual consumidores de madeira, como hotéis, restaurantes e indústrias pagam o equivalente à reposição florestal obrigatória a pequenos produtores da região que já tem área plantada. O gerenciamento da transação é feito pelo IAP e pela EMATER.

Com estes projetos, o IAP tem como objetivo recuperar parte das florestas, que atualmente correspondem a 8,1% da área total do estado (IBGE, 1998) com a meta de chegar à 15% - de 600.000 hectares para 1 milhão de hectares (CASADO, 1999). Há uma demanda crescente no estado por madeira e, caso a compra de madeira for feita corretamente, o que nem sempre ocorre, os reflorestamentos são mais interessantes financeiramente para todos os envolvidos - a reposição florestal obrigatória, dentro do Paraná, é cobrada no transporte de madeira em toros, e na nota fiscal há um selo de transporte que é comprovante do pagamento da reposição. O valor de reposição obrigatória é cobrado na proporção de 4 árvores por metro cúbico de madeira proveniente de reflorestamento e 8 árvores por metro cúbico de madeira proveniente de florestas nativas.

Um decreto de 1999 permite também que uma propriedade que não tenha os 20% de reserva de mata legal possa transferir estes 20%, que são exigidos pela legislação, para outra propriedade, desde que esta fique no estado, apresente a mesma tipologia florestal e esteja na mesma bacia hidrográfica (SAUER, 1999). Assim, uma propriedade que tenha mais de 20% de matas pode ceder

uma parte para outra que não tenha o limite legal. Todavia, as matas ainda existentes nas propriedades não podem ser derrubadas, mesmo que ultrapassem os 20%. Se a propriedade tiver 100% de mata, as alternativas serão de transformar a área em uma reserva florestal legal coletiva privada ou a de vendê-la para a prefeitura criar uma unidade de conservação e ter direito ao ICMS Ecológico, segundo informações que nos foram dadas por técnicos do IAP. Estas políticas, indiretamente, influenciam a conservação de matas e florestas nativas, já que fazem crescer o consumo de madeira de reflorestamentos.

A EMATER está atuando na construção de circuitos de excursionismo rural na Região Metropolitana de Curitiba, onde dois já foram implantados: o *Circuito Italiano* e o *Circuito do Vinho*. Isto significou um novo dinamismo para os pequenos produtores da região: *Atualmente já circulam de 600 a mil pessoas por final de semana [...]. Com isso, cada propriedade está incrementando em até 30% as vendas dos produtos artesanais. [...] A idéia é implantar projetos semelhantes na região de Londrina[...].* (CASADO, 2000, p. 5) Em abril de 2000, pela primeira vez, o turismo rural foi discutido em dois eventos e apresentado dentro da Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, na Via Rural, área utilizada pela EMATER para divulgação de atividades e tecnologias que permitam agregar renda e gerar empregos no meio rural, na *nova ótica extensionista*. Um artigo, do diretor-presidente da EMATER – Paraná, dava este enfoque:

A Empresa continua olhando para o futuro, à procura de novos desafios. Foi assim que em 1999 deu início ao processo de modernização de sua estrutura. Os extensionistas abandonaram seus antigos métodos de trabalho e passaram a buscar um maior compromisso com os produtores. Foram criados processos finalísticos em que os técnicos partem da realidade regional e da análise do mercado, para orientar os produtores. [...] A extensão rural ainda está trabalhando em projetos de vanguarda como a Agricultura Orgânica, as Redes de Propriedades de Referência, o Turismo Rural, a Rede de Biodiversidade e a capacitação dos produtores. (NEIDERHEITMANN, 2000, p. 2)

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná também tem o projeto *Turismo Educativo*, no qual a hospedagem e alimentação são garantidas pelo Estado, ao passo que a escola banca a viagem, ajudada pela comunidade (SANCHES, 1998). Projetos como este tem influência no sentido de criar o hábito da viagem para uma parcela da população. A popularização da viagem de estudos, antes realizada por uma pequena minoria, é

uma das tendências turísticas atuais.

Por intermédio das entrevistas, constatamos a existência da Associação dos Municípios Turísticos do Paraná (AMUTUR), e iniciamos uma procura de informações a respeito da instituição. Porém não foi possível entrarmos em contato, e aparentemente esta já não mais existe. Em Curitiba a Paraná Turismo não sabe informar o endereço. Os *e-mails* são devolvidos e o telefone da associação foi vendido em 1999. O município de São Jerônimo da Serra, ex-associado, está sem contato com a AMUTUR desde 1999, e considera-se fora da associação, não pagando mais a taxa combinada. Formada por vários prefeitos, tinha como alguns dos seus objetivos, segundo correspondência enviada para uma prefeitura em 1998:

Apoiar a captação de recursos públicos e de outras fontes para o aproveitamento do potencial turístico dos municípios membros; [...] Estabelecer canais de contato de lideranças municipais com outras instâncias, sobretudo autoridades governamentais.

O governador do Estado do Paraná entregou ao Ministro de Turismo, em maio de 1999, um plano para o turismo estadual, envolvendo 93 municípios, explorando em particular o ecoturismo e o turismo rural. Para isto dividiu o estado em cinco grandes áreas de atuação: *Costa Oeste, Vale do Iguaçu, Costa Leste, Campos Gerais e Costa Norte*.

O governo do estado esperava conseguir uma boa parte da verba solicitada pelo ministério ao PRODETUR – Sul para os três estados do sul e o Estado do Mato Grosso do Sul, no valor de 750 milhões de reais, que foram solicitados ao BID (ALBUQUERQUE, 1999b). Dois dias após este artigo, foi divulgada uma matéria que fazia referência a uma nota oficial na qual o então Ministro de Turismo alertava contra um golpe em que pessoas ou empresas utilizavam seu nome para vender projetos de turismo às prefeituras. (TORTATO, 1999)

Outro fator referido na imprensa local que podemos citar como uma possibilidade para o estímulo indireto ao turismo no Estado do Paraná é o de produções cinematográficas realizadas no estado, que divulgam suas belezas cênicas, como por exemplo a que foi realizada em Londrina, da cineasta Tizuka Yamasaki (Gaijin II). Anthony Quinn gravou *Oriundi* em Curitiba e região (*Paraná[...]*, 1999). A filmagem da vida do Barão do Serro Azul começou em julho de 1999 e terminou em setembro do mesmo ano, com gravações em Curitiba, Lapa, Castro, Paranaguá e São Bento do Sul (ALBUQUERQUE, 1999c) A cidade histórica de Castro, na região dos Campos Gerais, também foi o cenário de um outro filme, *Os Xeretas*,

no gênero infanto-juvenil (FERREIRA, 1999) e é o local que será utilizado para as maior parte das cenas de um filme a respeito da vida de Oswaldo Cruz, *Sonhos Tropicais* (LEITE, 2000a). Em Cascavel, uma minissérie da Televisão Tarobá - Rede Bandeirantes, trata da história da colonização do oeste, extremo-oeste e norte do Paraná, com o título *A Saga* (MASCHIO, 1999). O livro **Terra Vermelha**, de Domingos Pellegrini, romance que trata da colonização do norte do Paraná, também deverá ser transformado em filme, com a direção de Ruy Guerra. (LEITE, 2000b)

Além das produções cinematográficas chamarem atenção para paisagens que possuem potencial para o turismo (e que são também chamadas de *cênicas*) a própria edificação pode ser utilizada, conforme planejado em Cascavel:

A cidade cenográfica montada em Cascavel [...] tem sido visitada por grande número de pessoas, e deve ser remontada em outro local, como atração turística, pois as construções são réplica das existentes no período da colonização. [...] um grande atrativo turístico, nestes tempos de valorização do turismo rural. (PEGORARO, 1999, p. 3)

Por fim, é possível localizar na regulação as ONGs estaduais como a Fundação O Boticário, que financia projetos ambientalistas em todo o território brasileiro; a Liga Ambiental do Paraná e a Sociedade de Proteção da Vida Selvagem (SPVS), uma outra ONG que atua no estado; estas duas últimas são destacadas pela imprensa nos seus comentários a respeito da questão polêmica da legalização das fazendas de caça (REINSTEIN, 1999): no Norte Velho Paranaense já existem duas fazendas de caça (turismo cinegético), a Fazenda Marimbondó e a Fazenda Guaicurus.

As ONGs atuam de diversas maneiras, estando inseridas nas várias vertentes do ambientalismo. Muitas foram institucionalizadas pelo poder público, com a criação de vários conselhos do meio ambiente e parcerias (Estado e ONGs) no gerenciamento ambiental. Segundo RODRIGUES, C. (1997), no Brasil surgem as que são denominadas neo-governamentais (inseridas no Estado e com projeção internacional) e outras, pequenas e ligadas aos movimentos populares, as socioambientais. Por exemplo, o Conselho Estadual do Meio Ambiente do Paraná tem a participação de quatro ONGs: Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária; Força, Ação e Defesa Ambiental; SPVS e Instituto Guardiões da Natureza. A SPVS manteve a sigla mas mudou sua denominação para Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (DONATTI, 2000). A

mudança da denominação pode ser um indício de mudanças que ocorrem atualmente em algumas ONGs, que se afastam do neo-mito da natureza intocada.

4. A ESCALA REGIONAL

Quando, neste item, destacamos a escala especificamente regional, esta está limitada à região do Norte Velho Paranaense, escolhida para a pesquisa empírica do trabalho, onde 88 entrevistas foram realizadas. Uma das questões do roteiro perguntava diretamente quais eram as instituições que influenciavam a atividade turística na propriedade, no município ou na região; mas, para a análise das entrevistas, também foram tabuladas as instituições que, eventualmente, foram citadas espontaneamente nas respostas de outras questões, considerando apenas as que tiveram mais de uma menção, dando o resultado da Tabela 10. Esta tabela nos permite analisar quais são as instituições que possuem visibilidade na escala local.

Aparecem aqui alguns elementos novos: Companhia Energética de São Paulo (CESP), políticos específicos, universidades e faculdades, imprensa em geral, Consórcio Intermunicipal da Bacia do Capivara (CIBACAP), clubes de cavalgadas, igrejas em geral, SENAC, Associação de Defesa do Rio das Cinzas, Conjunto Amadores de Teatro (CAT), Centro de

Tradições Gaúchas (CTG), escolas em geral, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ONG Vida Verde e Promotoria Pública.

A CESP, na ação da construção de uma série de usinas hidrelétricas nos rios Paranapanema e Itararé (Capivara, Canoas I, Canoas II, Salto Grande e Chavantes), indiretamente estimulou o turismo e os projetos de turismo na região pelas represas que surgiram no território dos municípios (Tabela 11).

CIBACAP abrange 11 municípios do norte do Paraná: Alvorada do Sul, Florestópolis, Ibiporã, Jataizinho, Leópolis, Porecatu, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Santa Mariana, Sertanópolis e Sertaneja, banhados pela represa da Usina Hidrelétrica de Capivara, com um dos seus objetivos sendo o aproveitamento turístico da área, com programas de manejo, em particular, com atividades relacionadas à pesca e aos esportes náuticos. Atuando desde 1997, de acordo com a entrevista que realizamos, tinha como objetivo principal minorar o impacto causado pela construção da represa. Seus coordenadores foram então contatados pelo governo do estado e convidados para uma visita à chamada Costa Oeste do Paraná, assinando então um convênio com relação ao *Projeto Costa Norte*. Estavam na expectativa de, no ano de 2000, receber uma compensação financeira da atual Companhia de Geração

TABELA 10 - Instituições citadas durante as entrevistas como tendo influência na atividade turística

| Instituição | Número de referências | Instituição | Número de referências |
|------------------------|-----------------------|---|-----------------------|
| IAP | 22 | Secretaria de Estado do Meio Ambiente.. | 4 |
| Paraná Turismo | 14 | SENAC | 4 |
| SEBRAE | 11 | Escolas em geral | 3 |
| Universidade/faculdade | 11 | FUNAI | 3 |
| EMATER | 8 | Igrejas em geral | 4 |
| CESP | 7 | AMUTUR | 2 |
| Políticos específicos | 7 | Associação de Defesa do Rio das Cinzas | 2 |
| Imprensa em geral | 6 | CAT | 2 |
| Ecoparaná | 5 | Conselhos Municipais de Turismo | 2 |
| IBAMA | 5 | CTG | 2 |
| BNDES | 4 | Promotoria Pública | 2 |
| CIBACAP | 4 | Secretaria de Estado de Esporte e Turismo | 2 |
| Clubes de cavalgadas | 4 | Secretarias municipais | 2 |
| ONGs | 4 | | |

Fonte: Entrevistas realizadas, 1998, 1999 e 2000

TABELA 11 - Atrativos turísticos do município/da região

| | Número de menções | Número de menções |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------------------------|
| Represas/lagos das represas | 18 | Atividades náuticas 2 |
| Rios | 14 | Exposições agrícolas 2 |
| Quedas d'água | 9 | Fazendas antigas 2 |
| Unidades de conservação | 9 | Fazendas de caça 2 |
| Cavidades naturais/ cavernas/gruta | 7 | Fazendas de café/tradicionais 2 |
| Fazendas | 7 | Fazendas-hotel 2 |
| Esportes/canoagem/ escaladas/golfe | 6 | Festa country 2 |
| Pesqueiros | 6 | Festas religiosas 2 |
| Matas/vegetação | 5 | Gastronomia local/cozinha mineira 2 |
| Festas/festas juninas/festas típicas | 5 | Matas nativas/conservadas 2 |
| Corredeiras de rios | 4 | Natação/natação para crianças 2 |
| Praias artificiais | 4 | Paisagens/paisagens naturais 2 |
| Hipismo/cavalgadas/ cavalgadas rurais | 3 | Relevo acidentado/morros 2 |
| História/história dos tropeiros | 3 | Sítios 2 |
| Pesca | 3 | Tema country/cultura country 2 |
| Água mineral | 2 | Trilhas para motos/para jeeps 2 |
| Área rural | 2 | |

Fonte: Entrevistas realizadas, 1998, 1999 e 2000. Resposta múltipla.

Elétrica Paranapanema (anteriormente CESP e privatizada em 1999), tendo como primeira atuação prevista a do plantio da mata ciliar às margens da Represa de Capivara.

A ação da Ecoparaná também está relacionada às represas, mediante o *Projeto Costa Norte* (lançado em 1998), com o objetivo de melhorar a infra-estrutura de 14 municípios banhados pelas águas dos rios Paranapanema e Itararé e pelas represas e atrair investimentos privados.

Dentre estes, 11 pertencem à Mesorregião do Norte Velho Paranaense: Andirá, Cambará, Carlópolis, Itambaracá, Jacarezinho, Leópolis, Ribeirão Claro, Santa Mariana, Salto do Itararé, Sertaneja e Siqueira Campos. Os outros três municípios são Alvorada do Sul, Porecatu e Primeiro de Maio. Porém, após dois anos, [...]praticamente nenhum investimento público foi feito para a execução das obras. (ALVES, 2000, p. 3)

No item *políticos específicos* fizemos a tabulação das respostas dadas à esta questão que faziam referência a um determinado político, ao invés de a uma instituição. As referências eram que determinado membro do poder legislativo estava tratando do desenvolvimento do turismo no município; que outro membro do poder legislativo tinha conseguido uma verba para a construção de uma área de lazer; que mudanças de legislação foram tratadas por um membro do poder executivo; que outro membro do poder executivo estava apoiando o projeto e, por fim, que um membro do poder executivo estadual teria sugerido a implantação do ecoturismo na região. Podem ser indícios de uma prática política personalista, algumas vezes compreendida como troca de favores, ao invés de relações de cidadania.

Também são agentes que atuam na escala regional a UEL (Universidade Estadual de Londrina), mediante o projeto de extensão *Levantamento do patrimônio natural de São Jerônimo da Serra e o desenvolvimento do ecoturismo como uma fonte de renda para a população local*, pela participação de docentes e discentes nas discussões a respeito da construção das usinas hidrelétricas do Rio Tibagi, na preocupação de especialistas da UEL com a destruição de sítios arqueológicos e de partes de reservas indígenas nas áreas que vierem a ser inundadas (ESTUDO[...], 1999). Outra universidade que poderá iniciar uma atuação na área de turismo é a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), por intermédio do seu curso recente de Turismo e Hotelaria. Duas ONGs foram citadas, uma ONG da região de Cornélio Procópio e municípios vizinhos, denominada Vida Verde, que trabalha com o *Ecocentro* (educação ambiental) e a Associação de Defesa do Rio das Cinzas, esta última atuando especificamente em Santo Antonio da Platina. A Paraná Turismo teve sua ação relacionada especialmente à realização de oficinas de capacitação dentro do PNMT.

Dos quarenta e seis municípios abrangidos pelo Norte Velho Paranaense, apenas dez já fazem parte do PNMT (Quadro 1), conforme informação obtida em entrevista que realizamos com técnicos da Paraná Turismo. A primeira fase do *Programa Nacional de Municipalização do Turismo*, denominada de conscientização, tem como objetivo a “[...]capacitação dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e dos Monitores Municipais, para a mobilização, sensibilização e conscientização da comunidade[...]” (EMBRATUR, 2000, p. 1). A segunda fase é chamada de fase de capacitação, discutindo questões relacionadas à criação do Conselho Municipal e do Fundo Municipal de Turismo. Já a terceira é chamada de fase de planejamento, tendo quatro passos (de zero a três). O terceiro passo,

constante no próximo quadro, é o de realização de oficinas para a capacitação de *facilitadores municipais* (repasso de técnicas e métodos de planejamento no que está sendo chamado pela instituição de *enfoque participativo*). Com este passo dois começará a elaboração da *Estratégia Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo*. (EMBRATUR, 1999b)

QUADRO 1 - Municípios do Norte Velho que participam do PNMT

| <i>Município</i> | <i>Etapas</i> |
|-------------------|--------------------|
| Bandeirantes | 3ª Fase – Passo II |
| Carlópolis | 2ª Fase |
| Cornélio Procópio | 2ª Fase |
| Jacarezinho | 3ª Fase – Passo II |
| Ibaiti | 2ª Fase |
| Ribeirão Claro | 2ª Fase |
| Santa Mariana | 1ª Fase |
| Sertaneja | 2ª Fase |
| Siqueira Campos | 2ª Fase |
| Tomazina | 2ª Fase |

Fonte: Paraná Turismo, 2000

Um aspecto interessante na formação de conselhos municipais de turismo é que as decisões a respeito do turismo, na escala municipal, passam a contar com um número maior de sujeitos e alguns destes membros podem ter compromissos com projetos que continuem após o término do tempo de mandato da prefeitura, quando é freqüente que projetos sejam abandonados pela nova administração municipal. Em tese, os conselhos municipais poderiam ampliar a prática coletiva e servirem como escolas para a prática democrática.

A influência do PNMT pôde ser observada nos municípios que aderiram notadamente pela participação de representantes em oficinas e palestras a respeito do turismo, de onde saem motivados. Mas, posteriormente, alguns fazem referências a sentimentos de desânimo com relação às dificuldades de trabalhar coletivamente em seus municípios, onde as ações políticas tradicionais e centralizadoras são a prática comum.

Durante as entrevistas foram destacadas também as atuações do SENAC, mediante os seus cursos para o turismo, e das escolas em todos os seus níveis, pois as visitas de alunos, desde o ensino pré-escolar até o terceiro grau, são atividades comuns em algumas propriedades, em áreas de conservação e até na reserva indígena do Município de Santa Amélia. Foi também em relação à esta reserva ou às outras reservas que não estão na área em estudo as referências dadas para a atuação da FUNAI.

A imprensa nos foi referida da seguinte maneira: artigos em jornais, que possuem um poder significativo no crescimento da demanda, assim que um artigo sobre um dos locais é publicado; e programas de televisão, desde os específicos com relação ao turismo a um programa de televisão institucional do governo do estado onde, por alguns minutos, um município é destacado com suas paisagens (havia uma promessa de incluir o município de localização do empreendimento do entrevistado nesse programa). Pelo menos dois proprietários rurais ficaram interessados no turismo rural com base em artigos de jornais e programas de televisão a respeito do turismo rural em Santa Catarina.

As igrejas são destacadas pela atuação na organização das festas típicas, além de que, na Festa de São Cristovão (nos municípios de Rancho Alegre e Ribeirão Claro), ocorre, tradicionalmente, a benção dos automóveis, caminhões, tratores e colheitadeiras. Duas igrejas, apesar de localizadas na área urbana, atraem visitantes que, eventualmente, podem participar de atividades no espaço rural: a Igreja de Tomazina, um santuário católico com os restos mortais de Santo Inocêncio e a Igreja Matriz da Imaculada Conceição, em Jacarezinho, com pinturas murais de Eugênio de P. Sigaud, tombada em 1990. No município de Santa Amélia a influência importante para a chegada de visitantes é de uma igreja protestante, a Congregação Cristã do Brasil, que construiu uma igreja dentro da Reserva Indígena de Laranjinha (índios Guarani), e que passou a receber visitantes da mesma religião, chegando a receber um total de 500 pessoas, com pernoite na igreja ou nas residências, no feriado do Carnaval.

Também são importantes o CAT (de Jacarezinho), na organização da Festa do Texas, com várias atividades durante o mês de julho, evento que é realizado há mais de quarenta anos; dois clubes de cavalgadas: o Clube do Laço (Jacarezinho), o Clube do Cavalo (São José da Boa Vista); e os diversos CTGs organizados pela região.

Os problemas ambientais trazem novos agentes para a discussão. Os loteamentos de lazer às margens das represas estão aguardando o resultado de ações impetradas pela Promotoria de Justiça de Carlópolis com relação à extensão da faixa de conservação permanente. Estava sendo entendido que esta faixa deveria ser de 30 metros (contada para a terra, tomando-se por base a cota máxima de enchimento) e assim foram feitas as plantas e muitos lotes foram vendidos. Com base no artigo 2º do Código Florestal e no artigo 3º da Resolução n.º 004 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, o promotor argumenta que, às margens das represas, esta faixa deverá ser de 100 metros, mesmo já estando desmatada, pois:

O que determina [...] de preservação permanente é o local onde estão localizadas: às margens dos rios, lagos, lagoas, no topo dos morros, nas encostas etc., pouco importando se trata-se de árvores nativas, de plantas oriundas de outros países ou mesmo plantadas pelo homem. [...] O artigo 18 é claro ao obrigar, tanto o proprietário quanto o poder público, a recuperarem as áreas de preservação permanente que tenham sido degradadas. Não fosse esta a interpretação, muito fácil seria burlar a lei. Bastaria o proprietário destruir a vegetação nativa existente. (BEFFA, 1997, p. 7-9)

Questões fundamentais aqui são os objetivos desta área de conservação e se, para atingir este objetivo, uma área determinada (maior ou menor que as propostas) é necessária. Para esclarecer os critérios que devem ser utilizados para avaliar a questão estudos ainda devem ser realizados. Legalmente, por princípio, a legislação estadual e municipal pode ser mais restritiva nas questões ambientais que a legislação federal, mas nunca menos restritiva, como estava ocorrendo.

As questões e propostas relacionadas ao ambiente, pela atual constituição, são tratadas em três níveis: federal, estadual e municipal. De acordo com Machado (1991), nas *competências ambientais* (legislação e sanções), para os municípios cabem os assuntos de interesse local, respeitadas as normas federais e estaduais. Machado explica que a norma federal é superior porque é geral, não apenas porque é federal. A responsabilidade penal pode ser atribuída à pessoa física e/ou jurídica. Mesmo que uma atividade ou conduta seja autorizada pelo Poder Público, pode ser incriminada penalmente, desde que lesiva ao ambiente. Pela Lei 9605 (fev/1998) pode ser também responsabilizado alguém que, em cargo de responsabilidade (citando diretor, administrador etc.), sabendo de *conduta criminosa*, deixar de impedi-la, quando podia ter tomado alguma ação contra o ato. A Constituição brasileira é bastante avançada na discussão da questão ambiental, e os problemas e conflitos vão ocorrer na aplicação da lei, que está bastante distanciada da atual realidade. A urgência em esclarecer a questão surgida em Carlópolis é grande, pois:

Por sua vez, o artigo 2º da mesma Lei determina que as florestas e demais formas de vegetação existentes ao redor dos rios, lagoas e lagos são de preservação permanente. Justifica-se, pois estas vegetações são úteis às terras que revestem, pois são elas que evitam o assoreamento dos rios, fornecem alimentos aos peixes e pássaros e formam um anteparo natural que evita a contaminação das águas

por agrotóxicos e outros agentes químicos. [...] A continuar esta situação a tendência é de que um número maior de pessoas sejam enganadas, construindo sobre o local, com enorme prejuízo econômico e social. Evidente que se os prejuízos aos consumidores e à coletividade continuam se repetindo, torna cada dia mais difícil a solução do caso. É de se levar em conta que prejudicados pelo ilícito não são apenas os adquirentes dos lotes, mas a coletividade como um todo, pela insegurança causada pela falta de regularidade do loteamento, além dos prejuízos irreversíveis ao meio ambiente. (BEFFA, 2000, p. 5-8-9)

Ainda não atuando, mas com projetos para tal, identificamos o Consórcio Intermunicipal para Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi, consórcio de municípios e empresas situadas ao longo do Rio Tibagi. Está composto por 37

municípios, entre estes Assaí, Cornélio Procópio, Curiúva, Jataizinho, Nova América da Colina, Nova Fátima, Rancho Alegre, Santa Cecília do Pavão, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, Sapopema, Sertaneja e Uraí, municípios que fazem parte da área estudada.

Na maioria dos municípios a atuação das prefeituras era importante para o estímulo e para a ocorrência do turismo rural. Mas são ainda poucas as prefeituras que possuem um cargo relacionado especificamente ao turismo (Tabela 12). Para a EMBRATUR (1994a) é de responsabilidade dos órgãos municipais de turismo proceder aos levantamentos necessários, com o objetivo do diagnóstico turístico do município. Este diagnóstico do município é composto dos seguintes itens: características do município, aspectos socioeconômicos, demanda turística, meios de hospedagem, transportes, atrativos turísticos, alimentação, serviços turísticos, comércio turístico e outros serviços.

A EMBRATUR estimulou a criação dos conselhos municipais de turismo. Em 1996 foi apresentado como meta, na Política Nacional do Turismo, a implantação do PNMT em 1570 municípios considerados com potencial turístico em todo o país. O processo de identificação dos municípios para o programa é realizado com o preenchimento, pela prefeitura, de um formulário: o Roteiro de Informações Turísticas (RINTUR); após a avaliação das informações prestadas no formulário, há

TABELA 12 - Cargo ocupado, na prefeitura, pela pessoa responsável pela implantação do turismo

| | <i>Número de menções</i> |
|--|--------------------------|
| Prefeito | 3 |
| Secretária Municipal do Desenvolvimento Econômico | 2 |
| Secretário Geral | 2 |
| Agente administrativo | 1 |
| Assessor jurídico | 1 |
| Assistente do Prefeito | 1 |
| Chefe da Divisão da Cultura | 1 |
| Chefe da Divisão de Turismo | 1 |
| Chefe de Cadastro e Tributação | 1 |
| Chefe de Gabinete | 1 |
| Chefe de Serviço | 1 |
| Chefe de Tributação | 1 |
| Chefe do Departamento da Cultura | 1 |
| Diretor do Departamento de Esportes, Turismo e Lazer | 1 |
| Diretor do Departamento de Turismo | 1 |
| Engenheiro agrônomo da EMATER | 1 |
| Representante do INCRA, Meio Ambiente e Turismo | 1 |
| Secretário da Indústria, Comércio e Turismo | 1 |
| Secretário de Esportes | 1 |
| Secretário de Obras | 1 |
| Secretário Executivo | 1 |
| Secretário Municipal da Agricultura | 1 |
| Secretário Municipal do Desenvolvimento | 1 |
| Não respondeu | 1 |

Fonte: Entrevistas realizadas, 1998, 1999, 2000 (apenas para 28 prefeituras).

uma identificação oficial dos municípios e estes recebem o *Selo de Município Prioritário para o Desenvolvimento do Turismo* (EMBRATUR, 1999b). Estas ações, no caso do Paraná, são realizadas pela Paraná Turismo, autarquia estadual, que abriu um escritório regional em Londrina no ano de 2000, e passará a atuar em cento e cinquenta e quatro municípios do norte do Paraná, a princípio com o objetivo principal de estímulo do ingresso de municípios com potencial turístico no PNMT.

Uma grande parte das prefeituras dos municípios onde alguma atividade turística já existe não possui verbas que permitam o investimento necessário para estimular a atividade turística - a grande maioria declara dificuldades financeiras. Cerca de metade dos entrevistados afirma que a prefeitura não está realizando nenhuma ação relacionada ao turismo rural - e parte representativa destes entrevistados são os responsáveis pelo turismo no município. A Tabela 13, a seguir, dá um quadro das ações realizadas pelas prefeituras, segundo relatado nas entrevistas. Foram relacionadas apenas as ações que foram mencionadas por, pelo menos, dois entrevistados.

As principais ações realizadas estão em dois grupos: 1) ações tradicionais da prefeitura para com os proprietários: organização e divulgação de festas e eventos, cessão de máquinas e mão-de-obra para terraplanagem e empedramento de vias de acesso, mesmo que dentro de área privada; e 2) ações modernas: organização do Conselho Municipal de Turismo, contato com possíveis investidores, inclusive proprietários de fazendas históricas, reuniões e palestras com técnicos e a participação em projetos de instituições estaduais e federais.

Aparece um grande desconhecimento da importância, potencialidade e impactos do turismo. Estas prefeituras estão sendo dirigidas, na questão, pelas hipóteses de sua potencialidade mediante o

preenchimento de um formulário e pela determinação de ações que devem ser realizadas feitas por pessoas que podem não conhecer a realidade local. O Conselho Municipal de Turismo, quando instituído, deveria defender os interesses nesta escala; mas também é grande o risco de ser constituído, em grande parte, por representantes dos interesses da política eleitoral. A formação do bacharel em Geografia poderia dar a sua contribuição, com uma visão mais abrangente do espaço, assim como a formação de profissionais de outras áreas, pois a Universidade Estadual de Londrina, por exemplo, recebe e forma jovens de muitos desses municípios estudados.

A conclusão deste artigo, um levantamento das instituições que agem na regulamentação do turismo no espaço e dos diversos agentes, será feita com uma citação que explicita idéias com as quais concordamos, no sentido de que diminuam o peso determinante das políticas e práticas institucionais/pessoais já prontas/convictas de acordo com interesses que não são os da maioria e/ou viciadas em atitudes personalistas podem ter e abrem caminho para as possibilidades da criação de algo novo, conforme o desejado no lugar:

Pois entre a “disponibilidade” de uma realidade social territorializada, como a nação, em se inscrever em espaços econômicos mais amplos e a ‘realidade’ desse compromisso, a dinâmica sócio-política interna, caracterizada pelas políticas escolhidas pelo Estado, intervém [...] Em certo sentido, acontece com as nações como acontece com os indivíduos. Ambos podem entrar em determinadas relações, ambos são levados, pelo peso das realidades presentes e passadas, a se inscrever nessas relações, mas ambos dispõem de uma margem de manobra, de uma capacidade de se esquivar, de procurar mudar “as regras do jogo” que lhe são propostas. (LIPIETZ, 1988, p. 11)

TABELA 13 - As ações das prefeituras, segundo as entrevistas realizadas

| <i>As ações</i> | <i>Número de referências</i> | <i>As ações</i> | <i>Número de referências</i> |
|-----------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Nenhuma | 37 | Oferece palestras a respeito | 2 |
| Empréstimo de máquinas | 8 | Motiva os proprietários | 2 |
| Envio de funcionários | 6 | Divulga os eventos | 2 |
| Organização de eventos | 6 | Apoia instituição municipal | 2 |
| Cessão de materiais de construção | 3 | Contratou consultores | 2 |
| Faz a terraplanagem | 3 | Abriu vias de acesso | 2 |
| Confecciona folhetos/cartazes | 3 | Faz a coleta regular de lixo | 2 |
| Apoio político junto ao Estado | 3 | Custeia as viagens do PNMT | 2 |

Fonte: Entrevistas realizadas, 1998, 1999, 2000

REFERÊNCIAS

- AGASSI, Gilmar. Indústria defende reflorestamento. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 14/12/2000. Folha Economia, p. 6
- AITEMORSER, Biggi. Verde que te quiero verde. El ecoturismo en América Latina. *Desarrollo y Cooperación (D+C)*, Berlin, n.º 6, p. 13-16, nov/dez 1995.
- ALBUQUERQUE, Vivian de. Roteiro – Selos garantem certificação de municípios turísticos no Paraná. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 11/05/1999a. Folha Cidades, p. 3
- _____. Paraná quer ampliar turismo rural. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, 25/05/1999b. Folha Cidades, p. 3
- _____. A história proibida de Serro Azul. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 19/07/1999c. Folha Dois, p. 5
- ALVES, Edinelson. Costa Norte espera recursos do governo. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 30/01/2000. Folha Reportagem, p. 3
- AMBIENTALISTAS discutem como preservar o Bosque Paranaense. *Folha de Londrina*, Londrina, 25/11/1997. Folha Cidades, p. 2.
- ANDRADE, José Vicente de. *Turismo - Fundamentos e Dimensões*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1995.
- BECKER, Berta. *Levantamento e Avaliação da Política Federal de Turismo e seu Impacto no Uso do Solo na Região Costeira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1994.
- BEFFA, Joel. *Ação Cível Pública*. Carlópolis: Promotoria de Justiça, 2000.
- _____. *Autos nº 82/97*. Carlópolis: Promotoria de Justiça, 1997.
- BNDES. *Programa de Turismo* [on line]. Disponível na Internet via URL: [www: http://www.bndes.gov.br/atuar/turismo.htm](http://www.bndes.gov.br/atuar/turismo.htm)// arquivo capturado em 17/09/1999.
- BONIFÁCIO, Clausem. Indústria do turismo. Uma invasão sempre bem-vinda. *Exportar & Gerência*, Brasília, n.º 6, p. 18-25, mar/1999.
- BUDOWSKI, Gerard. Turismo sustentable con énfasis en ecoturismo: las nuevas tendencias en el mercado mundial. In: Congresso e Exposição Mundial de Ecoturismo. *Volume de Resumos*. Rio de Janeiro: Biosfera, dez/1997, p. 10-13.
- CALVENTE, Maria del Carmen. *Turismo e Excursionismo: o Qualificativo Rural – Um estudo das experiências e potencialidades no Norte Velho do Paraná*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo.
- CARNEIRO, Elisa. Ecoturismo é fonte de renda. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 18/06/99. Folha Cidades, p. 2.
- CARVALHO, Caio de. *Turismo e patrimônio cultural* [on line]. Disponível na Internet via URL: [www: http://www.embratur.gov.br//arquivo](http://www.embratur.gov.br//arquivo) capturado em 15/06/2000.
- _____. Turismo: a idade da razão. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 07/01/99. Opinião, p. 3.
- _____. Turismo, o caminho é este. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 2 a 4/10/1998. p. A-3.
- CASADO, Vânia. Turismo rural rende lucros a Colombo. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 29/11/2000. Folha Economia, p. 5.
- _____. Mata do PR não protege ambiente. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 19/06/1999. Folha Rural, p. 8.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CRUZ, Rita. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto, 2000.
- DONATTI, Leandro. Vapt-Vupt. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 28/10/2000. Opinião, p. 3.
- EMBRATUR. *Programa Nacional de Municipalização do Turismo* [on line]. Disponível na Internet via URL: [www: http://www.embratur.gov.br/programa/dinamica/htm](http://www.embratur.gov.br/programa/dinamica/htm)// arquivo capturado em 25/07/2000.
- _____. A história do turismo brasileiro foi reescrita nos últimos quatro anos. Hoje, 27 de setembro, dia mundial

do turismo, o Brasil tem muito a comemorar. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 27/09/1999a. Mundo, p. 10.

_____. *Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo*. Brasília, 1999b.

_____. *Oficina de Planejamento. Subsídios ao Plano Nacional de Turismo Rural*. Brasília, 1998.

_____. *Política Nacional do Turismo 1996 – 1999. Principais diretrizes, estratégias e programas*. Brasília: MICT/EMBRATUR, 1996.

_____. *Programa Nacional de Municipalização do Turismo*. Brasília: MICT/EMBRATUR, 1994a.

_____. *Manual Operacional do Turismo Rural*. Brasília: MICT/EMBRATUR, 1994b.

ESTUDO condena hidrelétricas no Tibagi. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 21/03/1999. Folha Reportagem, p. 1.

FERREIRA, Giovani. 'Os Xeretas' será rodado em Castro. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 01/04/1999. Folha Dois, p. 3.

GARCÍA, Rafael. *El Turismo Rural en España - Especial referencia al analisis de la demanda*. Madrid: Instituto de Estudios Turísticos, 1995, p. 45-83.

GOVERNO repassa r\$ 40 mi a municípios. *Folha de Londrina*, Londrina, 08/06/1998. Paraná, p. 6.

GUETHS, Maigue. Áreas de preservação. Sem infraestrutura, parques deixam de receber visitantes. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 18/06/1999. Folha Cidades, p. 2.

IBGE. *Censo Agropecuário 1995-1996 - Paraná*. Rio de Janeiro, 1998.

LEITE, Zeca. Vida de Oswaldo Cruz é resgatada em filme. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 29/09/2000a. Folha Dois, p. 1.

_____. Ruy Guerra vai dirigir épico de Pellegrini. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 29/02/2000b. Folha Dois, p. 1.

LIPIETZ, Alain. *Miragens e Milagres: problemas da*

industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

MACHADO, Paulo. *Direito Ambiental Brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

MASCHIO, José. TV do PR produz minissérie sobre a colonização do Estado. *Folha de São Paulo*, 20/06/1999. TVFolha, p. 5.

MOURA, Lúcio. Programa Emergencial. Entidades ligadas ao turismo se unem para criar 600 mil empregos. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 25/05/99. Folha Economia, p. 3.

MURARA, Carmem. BNDES abre crédito para o turismo. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 01/10/1999a. Folha Economia, p. 3.

_____. Turismo cobra atenção à infra-estrutura. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 03/10/1999b. Folha Economia, p. 7.

NIEDERHEITMANN, Rubens. EMATER comemora 44 anos. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 20/05/2000. Folha Rural, p. 2.

PARANÁ tem cenários de cinema. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 22/12/1999. Folha Dois, pp. 1-3.

PEGORARO, Paulo. Cidade cenográfica é atração em Cascavel. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 28/08/1999. Folha Dois, p. 3.

PELEGRINO, Érika. Índios ameaçam prefeitos que não repassam ICMS ecológico. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 22/02/2000. Folha Cidades, p. 5.

PRESVELOU, Clio. *Ações inovadoras em turismo rural*. In: ALMEIDA, Joaquim; FROEHLICH, José; RIEDL, Mário (orgs.). *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Universidade Federal, 1998. p. 111-125

REDE DA BIODIVERSIDADE VAI UNIR PROJETOS. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 07/06/1998. Paraná, p. 12

REINSTEIN, Israel. Instalação de fazendas de caça será regulamentada em 90 dias. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 08/07/1999. Folha Cidades, p. 3

- RIEDL, Mário (orgs.). *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Universidade Federal, 1998. p. 85-96
- RODRIGUES, Adyr. *Turismo eco-rural*. In: ALMEIDA, Joaquim; FROEHLICH, José; *Turismo e Espaço - Rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RODRIGUES, Carmem. ONGs ambientalistas em busca de uma sociedade sustentável no Brasil – limites e possibilidades. *GEOUSP*, São Paulo, n. 2, p. 57-65, set/1997.
- SANCHES, Alexandre. Escola integra projeto de turismo. *Folha de Londrina*, Londrina, 12/05/1998. Folha Cidades, p. 2
- _____. *Costa Norte – Ecoverão promove o turismo ecológico*. *Folha de Londrina*, Londrina, 30/11/1997. Folha Reportagem, p. 2
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1997a.
- SAMARCO, Christiane. Eleição Brasil: FHC aposta em empregos no turismo. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, 28/07/1998. Política, p. 5
- SARTRE, Jean-Paul. *O Imaginário. Psicologia fenomenológica da imaginação*. São Paulo: Ática, 1996.
- SAUER, Sid. Decreto permite áreas separadas para reserva. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, 15/04/1999. Folha Cidades, p. 2
- TORTATO, Mari. Informe Folha. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 27/05/1999. Opinião, p. 3
- TURISMO regional: projeto atrai 97 municípios. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 15/06/1998. Folha Turismo, p. 3
- WTO. *WTO Executive Council [on line]*. Disponível na Internet via URL: <http://www.world-tourism.org/omt/committe/executiv/htm/> arquivo capturado em 09/01/2001a
- _____. *World Tourism Organization – WTO OMT BTO [on line]*. Disponível na Internet via URL: <http://www.world-tourism.org/omt/offer.htm#history/> arquivo capturado em 09/01/2001b
- _____. *Organización Mundial del Turismo – Preguntas Más Frecuentes [on line]*. Disponível na Internet via URL: <http://www.world-tourism.org/omt/faq/faq-esp.htm#genquest/> arquivo capturado em 09/01/2001c
- ZIMMERMANN, Adonis. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim; FROEHLICH, José; RIEDL, Mário (orgs.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Universidade Federal, 1998. p. 97-109

The Rural Tourism – Informations and Reflections About The Institutions and the Regulation in the Diverses Scales

ABSTRACT

This article presents information and considerations that can be used for science researchs and technical projects related to rural tourism, focusing specifically the subject of institutions and regulation (include public policies), in the diverser scales: international, national, provincial, regional (analysing the Old North of Paraná) and local.

KEY-WORDS: rural tourism, institutions, regulation, public policies, the region of Old North of Paraná